

DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

Discurso de paraninfo (*)

S. Soares de Faria

Não sei como agradecer-vos, meus caros alunos, a honra tão subida, e nunca por mim acalentada ou disputada, de acompanhar-vos, neste momento em que recebeis a láurea acadêmica, prêmio justo e merecido de tantas lutas e de tantos esforços. Não sei como agradecer-vos a vossa atitude, indo tirar, para as galas desta solenidade e a eminência desta tribuna, o mais obscuro e o menos indicado dos vossos mestres, numa Congregação em que figuram tantos homens de grande saber e gentil espírito, tantos oradores de palavra harmoniosa e encantadora, que poderiam dar a esta festa, que encerra o ciclo de vossas atividades acadêmicas, a contribuição do seu saber e da sua eloquência, que lhe não podem dar o valor de minhas palavras e o desencanto do meu espírito. Impugnei, sem reservas, a idéia desta investidura. Resisti á tentação da vossa carinhosa lembrança. Invoquei tôdas as qualidades negativas que não a justificam. Insinuei nomes, lembrei que a escolha deveria recair noutros indicados. Insististes. Recusastes minhas escusas. Por fim, declarastes, numa, para mim emocionante confissão, que vossa deliberação era irreduzível, e se assentava no intuito exclusivo de homenagear o mestre, o professor que, nos três anos de constante convívio, não dera uma só falta, e fizera um curso intenso da matéria, absolutamente desprendido de preocupações e efeitos oratórios. Esta declaração dobrou-me á

(*) Proferido por ocasião da colação de grau dos bacharelandos de 1945.

vossa exigência. Vencestes com a sinceridade do vosso apêlo, com a persistência dos vossos propósitos, que vislumbrei puros, isentos de qualquer interêsse, limpos de qualquer taxa, escoimados de qualquer intenção oculta, apêlo feito e refeito numa época e num momento em que já não prendia qualquer laço de dependência, e em que, sôbre vossas cabeças, já não oscilava a espada ameaçadora de uma reprovação... Curvei-me ante a magia da vossa generosidade, dobrei-me ante as manifestações inequívocas da vossa sinceridade. Se o eleito não corresponder à magnitude desta festa e ao brilho desta solenidade, não culpeis a êle, mas a vós mesmos, que êle nunca requestou os vossos aplausos, nem cortejou a vossa popularidade, nem disputou as vossas preferências, nunca se julgou digno de tanta distinção, de tão alto prêmio, que seus alunos teimam e reteimam em conferir-lhe. Como “Chanteclair”, no “L’Aiglon de Rostand”, sei que a minha pobre palavra não se equipara à dos rouxinóis da nossa oratória. Todavia, ela se recama da sinceridade, de que sempre vos dei testemunho, da independência e da altivez, por que sempre pautei minhas atitudes, e que mais uma vez ponho nesta terceira oração de paraninfo, que principio.

Não parou na escôlha a vossa generosidade. Foi além a vossa homenagem. Aceitastes para dístico do vosso quadro, os versos do imortal poeta florentino, com que fechei, nêste mesmo palco, minha primeira oração de paraninfo, numa radiosa manifestação de esperança, na vitória da democracia e da liberdade, numa época em que tudo pressagiava o seu desaparecimento da face da terra, e em que era crime falar em democracia e sonhar com a liberdade. Isto foi nos primeiros dias de quarenta, quando o nazi-fascismo se achava no apogeu de sua fôrça, e na embriaguês das suas vitórias. E tudo fizestes porque, nesta festa, se entoasse o hino que é muito nosso, o hino de Carlos Gomes, a glória imarcessível da nossa terra, feito para a Academia e para os academicos, numa tocante

homenagem aos esforços que tenho feito para que êle seja obrigatoriamente cantado nas nossas festas. E a homenagem transborda e culmina nas palavras da formosíssima oração do vosso representante, que li e ouvi agora com indizível emoção, e que ficarão gravadas na minha alma, como um suave bálsamo nestas horas amargas de desconsolo e decepção.

Meus bons amigos! Como o poeta florentino, cujos versos imortais inscrevestes no vosso quadro de formatura, nos encontramos numa *selva selvaggia*, com a quebra violenta da nossa evolução histórica. Perdemos a linha reta e direita das reivindicações pacíficas, para nos atirmos nas incertezas e nos imprevistos de uma revolução. A insatisfação dos políticos preparara o clima para o levante nos quartéis, e quando os insatisfeitos e os ambiciosos se aperceberam, se encontraram nas garras de um govêrno de arbítrio, que, ao instaurar-se, proclamara, abertamente, que não havia direitos contra o Estado e a Revolução. Estava perdida a linha reta dos nossos destinos. Desceram sôbre o País as primeiras trevas da insegurança e da incerteza, que se iriam acentuando até a noite escura, trevosa e atra da ditadura, que dominou o País, por oito anos, longos e intermináveis. Penetramos em cheio na *selva selvaggia* e nelá nos perdemos, por têrmos trocado a evolução pela revolução, preferindo as sinuosidades de caminhos perigosos e traiçoeiros à estrada larga das conquistas pela palavra e pela idéia, que não pela espada e pela fôrça. Mas como na peregrinação dantesca, no doloroso caminho do Poeta, a atra escuridão, de quando em quando se amenizava por um ráio de luz, e as nuvens turbidas se abriam, deixando entrever regiões tranquilas e serenas, surgindo como oasis no deserto da infernal desolação, assim também, no meio das desditas e das misérias, que nos devastavam, tivemos o ráio de luz da heróica revolução de 32, que nos levou ao interstício constitucional de 34, para cairmos, de novo, na escura escuridão de 37. Mas no meio de tantos crimes, de tantas de-

solações, de tantos castigos, chegou para o Poeta o termo da viagem angustiosa, que com o seu guia, consegue voltar ao claro mundo, e de novo fitar, na abóboda celeste, as estrêlas que a esmaltavam.

*“Lo duca ed io per quel camino ascoso
entrammo, a ritornar nel chiaro mondo:
e senza cura aver d'alcun riposo
salimmo su, el primo ed io secondo
tanto ch'io vidi delle cose belle
che porta il ciel, per un pertugio tondo;
e quindi uscimmo a riveder le stelle.”*

Assim, também, nós, depois de tão amargurados dias, conseguimos atingir o dia luminoso, tendo revisto no céu da democracia, a estrêla fulgurante da liberdade, a mais bela, a mais luminosa de tôdas, *fairest of stars*, última do cortêjo da noite, segura precursora do dia, pois engrinalda, com a sua brilhante auréola, a manhã sorridente da vitória, consoante os belos versos de Milton.

*“Fairest of stars, last in the train of night
if better thou belong not to the dawn,
Sure pledge of day, that crown's the smiling moon
With thy bright circlet.”*

Não é êste o momento de fazermos o processo da ditadura, que entrara em delíquio com a vitória das fôrças aliadas, e que tão melancólicamente se findou. Estas galas e estas alegrias não comportam as cóleras do profeta, nem as iras e a severidade, que Dante espargiu nos seus cantos do Inferno.

Melhor será que, em vez de a lapidarmos, a releguemos ao País do Olvido e da Indiferença. Há, na Odisséia, uma deliciosa passagem, das muitas que pululam nos poemas homéricos. Ulisses, o malicioso, destruída Tróia, sofre a implacável perseguição de Netuno, por causa de seu filho Polifemo. E, para vingar-se, o faz errar pelo imenso mar, impedindo-o de regressar à sua Pátria. Minerva, porém, consegue mover os imortais, em favor de Ulisses, e leva o filho do herói astuto a perlustrar os mares à sua procura,

para devolvê-lo ao lar, onde vive saudosa Penélope, a tecer o manto infindável da sua fidelidade. Telémaco, e o filho de Nestor, que o acompanha em sua piedosa peregrinação, chegam à Lacedemônia, e dirigem-se à côrte de Menelao, que mais feliz que Ulisses retornara ao seu trôno e aos braços d“a formosa Helena que, nos curvos seios enca-deia o heróico Pàris”, da volúvel Helena, que desencadeara, com a sua fuga, a guerra que Homero cantou “nesse poema de assombros”, onde “vive eternizado o espantoso poder da argiva gente”, guerra que fôra causa de tantas desditas para os gregos, cuja recordação enchia de rancor e de tristezas os convivas de Menelao, ameaçando a alegria das bôdas que celebravam. Lembra-se então Helena de uma droga maravilhosa, que lhe ofertara Polidama, mulher de Thoris, Rei do Egito, droga que acalmava a cólera e fazia esquecer todos os males. Sem êsse recurso para re-frear os sentimentos que nos agitam, sigamos o conselho que a um dos seus personagens deu Shakspeare, no “Timão d’Atenas”, e lancemos, por instantes, para não anuviar e empalidecer o brilho e a alacridade desta festa, no abismo, profundo do esquecimento, as lembranças do período que, a 29 de Outubro, definitivamente se encerrou. E esperançosos e refertos de fé, entremos de novo no claro mundo “*a riveder le stelle*”.

Ao terminar a guerra, em que tomastes parte, pelos heróis que neste recinto se encontram, vestindo com dignidade, e não como castigo, a farda do nosso invicto exército, a ditadura vacilou nos seus alicerces. E forçada pela pressão da opinião pública, se apressou a conceder a anistia e a convocar o eleitorado, para eleger o Presidente da República, e compor a representação nacional, quando devera ter convocado pura e simplesmente a constituinte. Mais tarde, instaurado um período de incertezas, de dúvidas e inseguranças, provocadas pela dubiedade do ditador, de todo a confiança desapareceu e a necessidade do afastamento do homem, que diziam carismático, se impôs, para que a Nação livremente se pudesse manifestar. E só

então lhe foi devolvida a soberania usurpada, e só assim, no exercício dos seus poderes, pôde eleger a assembléa constituinte e o novo Presidente, pelo período previsto na Constituição de 37, limitação decorrente da especial situação histórica, ao tempo da sua convocação. No mais, os poderes da nova Constituinte são amplos e ilimitados, desde que se mantenha dentro dos princípios que constituem a nossa razão de ser e de existir.

A Constituição, que desejamos, é uma constituição brasileira, que se norteie pelas nossas tradições de liberdade, que consagre os princípios essenciais à liberdade humana, que possibilite os meios de sua defêsa e da sua intangibilidade. Uma Constituição não deve trazer, no seu bojo, o vírus da sua própria destruição, mas o elemento indispensável à manutenção do seu organismo. Que seja feita para o Brasil, sem moldes e fôrmas alheias, que não acalente a florescência de homens carismáticos, predestinados ou providenciais; que ampare a verdadeira libertação, não a liberdade da necessidade, que é conceito totalitário. E ao lado das liberdades fundamentais, que são apanágio da dignidade humana, devem ser esculpidos, na Constituição, princípios que orientem uma nova estruturação econômica, princípios estimativos que concedam ao trabalhador, na síntese de *Recaséns Siches*, a) um direito ao produto íntegro do seu trabalho; b) uma base mínima necessária para viver como ser humano.

Em verdade, não há liberdade efetiva sob o agulhão de uma premente necessidade econômica. A liberdade só pode realmente existir num ambiente de prosperidade material, que isenta o indivíduo da dependência e da submissão. Nem se diga que isto refoge à técnica tradicional das cartas constitucionais. As constituições, que se limitavam apenas à estruturação jurídica do Estado, a definir e declarar os direitos individuais, já exerceram a sua função histórica. Cada um daqueles direitos se propunha a eliminar uma série de abusos, que se haviam tornado intoleráveis; correspondiam, na afirmação de

Del Vecchio, a uma necessidade concreta e urgente da Nação. Por isso, houve quem considerasse a declaração de direitos "*um documento realista e experimental*". Hoje, não é possível permanecer rigorosamente fiel às doutrinas de Montesquieu e Rousseau, nem ao lirismo das constituições liberais, que se não apartavam dos princípios de 789. Na Revolução Francêsa, a luta se travava entre a aristocracia e a burguesia, esta rica e forte, reivindicando contra aquela as liberdades essenciais à dignidade humana. Venceu a burguesia e suas reivindicações se condensaram nas declarações de direitos, pálio das liberdades políticas e das garantias individuais. Para aquela época, bastavam a conquista e a afirmação daqueles valores. Mas as transformações sociais e econômicas, que se operaram, puseram em frente à burguesia vencedora, o proletariado faminto e oprimido. Aqueles princípios estimativos, que se cristalizaram na consciência dos povos, já não bastavam e novos valores essenciais passaram a ser reclamados. E as constituições, que se promulgaram após a primeira grande guerra, consignando conquistas duramente obtidas, não se olvidaram de novas valorações, e ao lado daquelas, declararam princípios de estruturação econômica, garantidores do direito de viver, de ser economicamente livre, para efetivamente gozar das franquias políticas, que estavam na letra das leis, mas que, na realidade, não podiam ser desfrutadas. É indispensável que nos livremos dos rigores das técnicas constitucionais, que se firmaram para épocas inteiramente diferentes. Numa época, em que a lei da gravitação de Einstein arranha a lei de Newton; numa época em que a teoria dos *quanta* revoluciona a física, e ameaça seriamente o princípio da causalidade; numa época em que a desintegração atômica nos abre perspectivas de intensa felicidade ou de total destruição, não é possível uma adesão incondicional à doutrina da velha técnica liberal. O que precisamos é de uma carta, que, rompendo decididamente contra a tradição, enfrente resolutamente a questão econômica e social,

consagrando novos princípios estimativos, de forma a não ser mais possível que os ricos continuem a ser escandalosamente ricos, e os pobres terrivelmente pobres; um estatuto fundamental, que lhes não acene com a liberdade absoluta, porque isso seria, na expressão de *Goethe*, obra de charlatães. Essa igualdade absoluta é impossível. O princípio de igualdade exige, não uma igualdade nos bens, como salienta Recaséns, o que seria injusto, dada a notória desigualdade de aplicação, de capacidade e de virtude. Mas, sim, uma igualdade de oportunidades. A flauta de Pan não cantaria, disse-o imaginosamente Rouvier, se seus orifícios fôsem todos iguais, pois é a desigualdade de condições que gera a emulação. A imagem do progresso não é a flexa de Zenão, que, voando, permanece imóvel. É a de Evandro, que sobe sempre e se transforma em estrêla. Pensar o contrário, é viver apartado da realidade, isolado na tórre de marfim de uma esfumante fantasia, num perigoso e fatal encantamento. É pairar no alto, desprezando a planície onde besôa e ruge a turba inquieta, hoje consciente de sua fôrça e senhora do seu destino. Na encruzilhada do nosso futuro, aí está a esfinge ameaçadora e temerosa, armando o problema da sua angústia. Ou nós nos adiantamos a resolvê-lo, ou ela nos tragará.

Isto, porém, não basta. É necessário que a nova carta, mantendo a federação, proclame a integridade dos Estados, impedindo a violação das suas fronteiras históricas e tradicionais. Mas federação, em que os Estados sejam realmente autônomos e recobrem os direitos, que a partir de 30, lhes foram, pouco a pouco, usurpados ou conculcados. A Federação, bem entendida, não impede a unidade nacional.

Nem a descentralização. O Estado Nacional destruiu a Federação e tornou-se paladino de férrea centralização, sob o pretexto de garantir a unidade da Pátria. Mas os seus atos foram sempre a contra pêlo. Pretendeu impôr pela fôrça, o que só se determina pela vontade consciente. O patriotismo é sentimento e é idéia. E o sentimento e a

idéia da unidade da Pátria não se formam pela violência, não se conseguem à fôrça, não se obtem pela compressão. Não é diminuindo os Estados, perseguindo-os, insultando-os, procurando reduzir uns à miséria, para elevação de outros, adotando a trágica e demoníaca concepção da igualdade dos Estados na desolação e na ruína — que se enlaçam e se prendem as unidades federativas, para manutenção do Brasil íntegro e indestrutível, que é o sonho e o anseio insopitável de todos os seus filhos. Não é queimando-lhes as bandeiras, e vedando-lhes o seu uso, que mais respeitado e majestoso se torna o heróico pendão nacional. Ao contrário, as bandeiras dos Estados, circundado-o, envolvendo-o, mais contribuiriam, na variedade de suas côres, na diversidade dos seus emblemas, para realçar o seu prestígio e a sua majestade inconfundíveis.

A cena da queima das bandeiras correu mundo, provocando as lágrimas e o rancor dos vilipendiados. Eu confesso e proclamo que não tolerei o espetáculo, e que, sempre, ao lado do pendão auri-verde, coloquei, em imagem, cada vez mais nítida e inapagável, a bandeira paulista, a gloriosa bandeira das treze listas, brancas e pretas,

*“Vélas de Martin Afonso,
“Sotainas de Padre Anchieta”,*

bandeira, nos admiráveis versos de Guilherme de Almeida,

*“Que traz, no tópo vermelho
“O coração do Paulista”,*

côres que não ofuscam, antes realçam o verde das esmeraldas com que sonhou Fernão Dias Paes Leme; o amarelo, côr de ouro das entranhas do nosso solo, e o azul dos nossos céus estrelados.

Ao lado da federação, a obrigação para os Estados de respeitar a autonomia dos municípios, como a conceituara a Constituição de 91, autonomia que desapareceu com a revolução de 30 e com a carta de 37. A nova carta deverá restituir-lhes as franquias, que lhes são tradicionais e as liberdades de que foram privados, a ponto de não

poderem alterar o nome de uma rua ou de uma praça, de cortar uma árvore ou editar uma simples postura, sem a intervenção do Departamento das Municipalidades, do Conselho Administrativo, do Interventor, do Conselho dos Estados, do Ministro da Justiça, e, afinal, a anuência do Presidente da República.

Não penseis que exagero ou deformo a realidade. Poderia citar fatos às dezenas. Limitar-me-ei a referir um do meu direto conhecimento. Certo prefeito quase foi exonerado, porque concedeu auxílio a uma parturiente, sem a prévia autorização. A verba estava no orçamento, a necessidade do amparo era premente e indicutível. E quereis saber quando se formalizou a autorização? Sòmente nove meses depois... Ésses departamentos ressumbram a totalitarismo até no nome. São pragas que maravilha ainda subsistam. Por causa dêles e dos famigerados Institutos, não temos açúcar, não temos sal, não temos peixe. São Paulo não poude plantar mais cana, suas usinas não puderam produzir mais e mais açúcar e mais álcool. E, por isso, temos a fome do açúcar, e continuaremos a sofrê-la. Pela falta de álcool, não podemos resolver mais cômodamente os nossos serviços de transportes. E tão inclemente foi a proibição, tão gestapiana a sua fiscalização, que o nosso pobre trabalhador, impiedosamente maltratado na acerba caricatura de Monteiro Lobato, não pode plantar cana sequer para a sua garapa, para a sua rapadura, para o seu melado...

Mas a história dêsse período tormentoso há de ser feita. E, nela, meus caros alunos de ôntem, colegas de hoje e amigos de sempre, como os vossos condiscípulos, que, durante êle, perlustraram as Arcadas, haveis de ter um lugar inconfundível, na primeira plana de heróis, que desafiaram o regime de 37 e nunca lhe deram tréguas, mesmo nas horas de amargurado silêncio. Nunca fraquejastes. Nunca traístes as tradições de democracia, de independência, de liberdade. Permancestes irreduçivelmente ligados aos ideais supremos do vosso velho convento franciscano.

Picastes, constantemente, com o ferrão da rebeldia, o dórso da ditadura, como aquelas vespas famosas da comédia de Aristófanés. Às vêzes, excedentes nas vossas manifestações errastes nos vossos métodos, resvalastes pela injustiça. Mas êsses desvios são próprios das grandes paixões. Não era possível, nas épocas tumultuosas que passamos, pôr limites aos êstos da revolta, como não é possível conter, no seu leito, as águas transbordantes de uma echente impetuosa. Por isso mesmo que tomastes parte ativa e incessante nos combates à ditadura, é que vos cabe tomar a dianteira na obra da reconstrução política do País. Mais de uma vez vos tenho pregado, e agora de novo vos repito, que a era deve ser da mocidade, dos jovens libertos de preconceitos, sem o pêso de êrros e culpas do passado, tão grandes e tão profundos, que tão cedo não nos poderemos deles munificar-nos, como as águas do Ister nem as do Phase, na imagem de Sófocles, poderiam lavar o palácio de Edipo de todos os horrores que êle encerrava. Sem o vinco de rancores profundos que separam, dividem e incompatibilizam os velhos políticos, vós moços das Arcadas e jovens de minha terra, é que podereis pregar uma política de harmonia, de compreensão e de tolerância, uma política que os faça descer das alturas em que se libram e onde parecem desejar permanecer, como Narcisos enamorados da sua passada importância, para o chão da realidade, muito diversa dos sonhos, que ainda acalentam. Tomai resolutos a dianteira. Não fiquéis inertes e desanimados, como aquêles marinheiros de Heredia, "*l'épée oisive et la cape en lambeaux*" indecisos,

*"a regarder le flot moutonner
En attendant qu'un chef hardi les commandait."*

Se não o fizerdes, sereis uma geração perdida, tereis caminhado para trás, supondo marchar para a frente, como os Matuyús da lenda, eternizados no soneto de Olavo Bilac,

“dedos atrás, calcâneos para frente”,

*“calcando esse piso errado
em vez de liberdade encontrareis um muro”,*

“Em togar da glória o lodo impuro”.

Não canteis a palinódia da desolação e do desencanto, pois é de vós que a Pátria espera a atitude salvadora. Não pode ser uma geração de desiludidos e desencantados, a que viveu a vida perigosa dos heróis, a que enfrentou, com destemor *“a selva selvaggia”* da opressão, sonhou sob a noite atra e trevosa do despotismo, feriu as plantas nas rudezas *“di quel camino ascoso”*, para conseguir fitar, de novo, como o Poeta, o *claro mundo*, o mundo sonhado e apetecido da Justiça e do Direito.

Nem podem constituir uma geração de desiludidos e desencantados os que se não entibiaram na defesa de seus ideais, os que conseguiram manter-se firmes e erectos, confiantes na restauração da lei; ansiosos por poderem sair da terrível escuridão, fitar de novo as estrêlas da democracia e da liberdade.. *“E quindi uscimmo a riveder le stelle”*

Meus bons amigos! Chegou a hora da despedida. Não quis dar-vos o adeus sem dizer-vos essas palavras, que mais de uma vez vos disse, palavras de fé e de esperança. Parti, em busca do velocínio de ouro do vosso ideal. E se uma vez sentirdes a tentação da fraqueza e da desolação, volvei os vossos olhos para as Arcadas amorosas, fonte perene de confiança, almanara vigilante dos nossos mais puros Ideais. Parti, serenos e confiantes, refeitos dos vossos temores, como saiu o Poeta, de que tomastes o dístico do vosso quadro, *“puro e disposto a salire alle stelle”*.